



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 5.334, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2000.

- Revogado pelo Decreto nº 6.532, de 21-08-2006, art. 15.

~~Dispõe sobre a avaliação de desempenho do professor em estágio probatório, da Secretaria da Educação.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.19, de 4 de junho de 1998, e de conformidade com o que estabelece a Lei n. 12.361, de 25 de maio de 1994,–~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º – O professor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a um período de estágio probatório de três anos, sendo submetido à avaliação nos termos deste decreto, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo.~~

~~§ 1º – São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório:–~~

~~I – idoneidade moral;~~

~~II – assiduidade e pontualidade;~~

~~III – disciplina;~~

~~IV – eficiência;~~

~~V – aptidão.~~

~~§ 2º – Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do professor, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.~~

~~§ 3º – O professor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no art. 31, § 4º, da Lei 12.361, de 25 de maio de 1994.~~

~~§ 4º – O prazo para o cumprimento do estágio probatório é improrrogável, não podendo ser suspenso, excetuadas as hipóteses de licença para tratamento da própria saúde por tempo superior a noventa dias, consecutivos ou não, e por motivo de doença em pessoa da família, retomando sua contagem com o retorno à atividade profissional do licenciado.~~

~~§ 5º – Ao professor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças previstas no art. 78, incisos I a IV, da Lei 12.361, de 25 de maio de 1994.~~

~~Art. 2º – O Secretário da Educação designará uma Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório, de caráter permanente, composta no mínimo por três membros.~~

~~Parágrafo único – A Presidência da Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório será exercida pelo Coordenador do Programa de Avaliação da Secretaria da Educação e os outros membros serão servidores estáveis.~~

~~Art. 3º – Compete à Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório analisar os processos de avaliação, encaminhar relatório ao Secretário da Educação sobre a confirmação ou exclusão do professor até no máximo quatro meses antes do término do estágio probatório.~~

~~§ 1º – A Comissão poderá contar com núcleo de apoio administrativo para melhor desempenhar suas atribuições.–~~

~~§ 2º – Caso não considere o processo devidamente instruído, a Comissão poderá efetuar ou requerer averiguação in loco.–~~

~~§ 3º – O processo de avaliação de desempenho, com base nos requisitos do art.1º, deverá processar-se de modo que a exoneração do professor possa ser realizada antes de findo o período de estágio probatório, sob pena de responsabilidade, de acordo com o art. 31, § 2º, da Lei 12.361, de 25 de maio de 1994.~~

~~§ 4º – A prática de atos que infrinjam os requisitos de idoneidade moral e disciplina importará na suspensão automática do período de estágio probatório e, uma vez concluído pela sua improcedência, esse prazo será considerado de nenhum efeito.~~

~~Art. 4º – O processo de avaliação de desempenho do professor em estágio probatório será realizado em três etapas, sendo competentes:~~

~~I – a Unidade Escolar;~~

~~II — a Delegacia Regional de Educação;~~

~~III — a Comissão Central de Avaliação.~~

~~Art. 5º — A avaliação do professor em estágio probatório será realizada na Unidade Escolar pela Comissão de Avaliação Permanente dessa, constituída do Diretor, um Coordenador Pedagógico efetivo e um Professor estável nível PIII ou PIV, ficando a presidência da Comissão com o Diretor da Unidade Escolar.~~

~~§ 1º — Não existindo na Unidade Escolar professores desses níveis, deve-se eleger um do nível PII e persistindo a carência deverá ser eleito um do nível PI.~~

~~§ 2º — O Coordenador Pedagógico, no caso da unidade possuir mais de um, e o professor estável, serão escolhidos por seus pares, por escrutínio direto, e terão mandato de 03 (três) anos, sendo vedada a recondução, salvo naquelas Unidades que não contam com número suficiente de professores para renovação da Comissão, conforme disposto no “caput” deste artigo.~~

~~§ 3º — No caso de nenhum Coordenador Pedagógico ser estável, será feita a indicação de um Coordenador de turno estável, e se todos também estiverem em estágio probatório, será indicado mais um professor estável para integrar a Comissão.~~

~~§ 4º — No caso de avaliação de Diretor em estágio probatório, seu substituto natural na Comissão será o Coordenador Pedagógico, completando-se a Comissão com mais um professor estável nos moldes do parágrafo anterior.~~

~~§ 5º — Em caso de desistência de membros da Comissão, a renúncia deverá ser entregue para o Presidente que deverá promover outro processo eleitoral de escolha.~~

~~Art. 6º — São atribuições da Comissão de Avaliação Permanente da Unidade Escolar, no acompanhamento do professor em estágio probatório:~~

~~I — subsidiar e assessorar o professor em estágio probatório nos assuntos atinentes à sua área de atuação, sugerindo, inclusive, medidas a serem adotadas para sua adaptação e melhor desempenho;~~

~~II — registrar sistematicamente todas as ocorrências relativas à conduta funcional do professor;~~

~~III — proceder às avaliações mensais, condensadas semestralmente, registrando em relatório objetivo parecer apto ou inapto, que será encaminhado à Delegacia Regional de Educação;~~

~~IV — assistir, pelo menos, a uma aula do professor durante o período do estágio probatório.~~

~~Art. 7º — A avaliação do professor em estágio probatório pela Comissão de Avaliação Permanente da Unidade Escolar será subsidiada por auto-avaliação do professor e por avaliações de representantes dos alunos e coordenadores que não façam parte da Comissão.~~

~~Parágrafo único — A escolha dos alunos deverá ser providenciada pela Comissão Permanente da Unidade Escolar, preservando a identidade do avaliador, se assim ele o desejar.~~

~~Art. 8º — A Comissão de Avaliação Permanente da Unidade Escolar encaminhará à Delegacia Regional de Educação, no final de cada semestre letivo, os seguintes documentos:~~

~~I — ficha de avaliação do(s) Coordenador(es) Pedagógico(s), do(s) Coordenador(es) de turno ao(s) qual(ais) o professor em estágio está submetido;~~

~~II — ficha de avaliação do professor pelo(s) representante(s) dos alunos da(s) sala(s), a partir da 2ª fase do Ensino Fundamental, onde o professor atua;~~

~~III — ficha de auto-avaliação do professor;~~

~~IV — cópias das fichas mensais de ponto, dos diários e planos de aula;~~

~~V — ficha-relatório da Comissão, com parecer, apto ou inapto, relativa ao semestre.~~

~~Parágrafo único — No semestre em que for assistida a aula do professor avaliado, a Comissão de que trata este artigo encaminhará o seu relatório à Delegacia Regional de Educação.~~

~~Art. 9º — A avaliação do estágio probatório na unidade escolar será finalizada com parecer conclusivo, encaminhado à Comissão Central, sobre a permanência ou não do professor no cargo, da seguinte forma:-~~

~~I — pela não permanência do professor no cargo, após dois relatórios semestrais consecutivos com parecer inapto, no prazo de dez dias úteis;~~

~~II — caso não ocorram dois relatórios semestrais consecutivos com parecer inapto, a Comissão deverá encaminhar parecer conclusivo sobre a permanência ou não do professor no cargo, com base nos relatórios semestrais, no final do penúltimo semestre do período de estágio.~~

~~Art. 10 — A Delegacia de Educação, não tendo função avaliativa, se constitui em elo importante entre a Unidade Escolar e a Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório, sendo responsável pelo controle e cumprimento dos prazos das unidades sob sua jurisdição.~~

~~§ 1º — A Delegacia de Educação indicará um responsável para controlar, receber e encaminhar os processos de avaliação (fichas, relatórios) à Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório, até dez dias após o término de cada semestre letivo.~~

~~§ 2º—No caso dos relatórios conclusivos, a Delegacia deverá encaminhá-los à Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório no prazo de dez dias úteis após o final do semestre.~~

~~Art. 11—As Comissões de Avaliação especificadas, bem como todos os servidores envolvidos no processo de avaliação do professor em estágio probatório, são responsáveis pela veracidade das informações sobre o estágio, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.~~

~~Art. 12—Ao professor submetido à avaliação especial de desempenho deverá ser repassada uma cópia de toda a documentação referente à sua avaliação, semestralmente, na qual dará ciência.~~

~~Art. 13—Os professores que não estiverem em efetivo exercício de regência de classe serão avaliados pelos critérios definidos para servidores administrativos da Secretaria da Educação.~~

~~Art. 14—O disposto no presente decreto aplica-se integralmente aos professores pertencentes ao Quadro Transitório da Secretaria da Educação, devendo ser exonerados do cargo efetivo se não aprovados no estágio probatório e reconduzidos ao cargo de origem.~~

~~Art. 16—O não cumprimento de qualquer dos requisitos, se constatado, importará na instauração de processo de exoneração, que somente poderá ser concluído após a defesa do professor em estágio probatório, a ser oferecida no prazo de trinta dias, nos termos do art. 31, § 2º, da Lei 12.361, de 25 de maio de 1994, aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 165 a 187 do mesmo diploma legal.~~

~~Art. 17—Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 11 de dezembro de 2000, 112.º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira~~

~~(D.O. de 18-12-2000)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 18.12.2000.~~

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgão Relacionado	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
Categoria	Educação